

A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MORAL DAS CRIANÇAS

Antonia Emanuela Oliveira de Lima¹
ceará. manuufc@hotmail.com

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do

RESUMO

O presente trabalho estabeleceu como objetivo geral a análise da organização dos espaços na Educação Infantil e sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia moral. Especificamente descreveu os espaços de uma classe da pré-escola e investigou a sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia moral das crianças. A pesquisa é de natureza qualitativa e utilizou técnicas dos estudos etnográficos. Fundamentou-se na teoria psicogenética de Piaget, em sua obra sobre “o juízo moral da criança”. Os procedimentos utilizados foram a análise documental e a observação participante. Como sujeitos: as crianças de uma classe de instituição infantil pública de Fortaleza. Os resultados indicaram que os espaços dentro da sala do Jardim II não eram organizados de forma adequada e, portanto não favoreceram o desenvolvimento da autonomia moral das crianças.

Palavras chave: Educação Infantil. Organização dos espaços. Autonomia moral.

RESUMEN

Este trabajo estableció el objetivo general del análisis de la organización de los espacios en la educación infantil y su contribución al desarrollo de la autonomía moral. En concreto describir los espacios de una clase de educación inicial e investigado su contribución al desarrollo de la autonomía moral de los niños. La investigación fue cualitativa e utilizaron técnicas de los estudios etnográficos. Fundamentó en la teoría psicógena de Piaget, em su obra sobre “o juicios moral de los niños”. Los procedimientos utilizados fueron el análisis de documentos y observación participante. Como sujetos: los niños de una clase de preescolar pública, en Fortaleza. Los resultados indicaron que los espacios dentro del recinto de la Jardín II no estaban organizados, y en consecuencia no favoreció el desarrollo de la autonomía moral de los niños.

Palabras clave: Educación Infantil. Organización de espacios. Moral autonomía.

¹ Mestre em Educação Brasileira. Atualmente, aluna do curso de doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Linguagem e Educação da Criança.

1. INTRODUÇÃO

Ao observar as práticas de Educação Infantil em diferentes pré-escolas nas quais coletei dados para trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa, notei que havia muitas diferenças relacionadas com a organização do tempo, do espaço, das atividades e materiais no cotidiano destas instituições. Este fato despertou minha atenção, pois percebi que em algumas escolas havia uma sequência de ações sistematizadas, no entanto, flexíveis em um ambiente lúdico e desafiante. Em outras, predominavam a rigidez dos horários e a repetição diária das tarefas consideradas pedagógicas pelas professoras.

Constatei também diferenças marcantes na rede de relações interpessoais nas salas de aula visitadas. Nos contextos caracterizados por espaços adequados (espaços abertos, arejados, limpos e amplos), atividades diversificadas, tempos adaptados ao ritmo das crianças e materiais estimulantes, as crianças pareciam ser mais capazes de trabalhar em grupos, de cumprir as regras por elas formuladas e de se respeitarem mutuamente. Já nos contextos escolarizados e rígidos, as crianças não se organizavam em grupos, eram pouco participativas e só seguiam regras estabelecidas pela professora quando esta estava presente.

Desta forma considerei que, estudar a organização dos espaços e sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia moral das crianças constituiria temas desafiantes, propus-me então a estudá-los.

Em relação à autonomia de crianças em creches e pré-escolas, constata-se que alguns estudos exploraram direta ou indiretamente esse ponto. A dissertação de Soejime (2008), intitulada “Educação e formação humana: uma discussão sobre o conceito de autonomia discente” teve como objetivo analisar a função da educação escolar na formação dos sujeitos, valendo-se do conceito de autonomia por considerá-lo importante no desenvolvimento humano. O resultado dessa pesquisa revelou que a autonomia das crianças se relaciona intimamente com a forma de trabalho das educadoras, ressaltando a importância da rotina como forma de propiciar segurança às crianças no âmbito escolar.

Na dissertação de mestrado “A influência da experiência escolar no desenvolvimento moral da criança”, Schramm (2000) apresentou como questão a investigação de como a escola exerce seu papel de educar moralmente a criança. Essa investigação teve a intenção de compreender, baseada numa visão ampla do contexto escolar, como as relações estabelecidas vão influenciando a conquista do juízo moral pelas crianças. De um modo geral, esse trabalho conclui que a escola não revela compromisso com a formação do sujeito autônomo,

intelectual ou moral e, na base desses descompromisso, se aponta o desconhecimento teórico. Os dados desta pesquisa também revelaram que a abordagem construtivista pareceu não ser bem compreendida entre os educadores que acreditam tê-la como suporte.

Há consenso na ideia de que, no contexto psicológico, a autonomia pode ser entendida em termos emocional, comportamental e também moral. Embora considerando a inter-relação destas três dimensões da autonomia, no presente texto debruçar-nos-emos sobre a autonomia moral. Ressalto ainda que, o conceito sobre autonomia se fundamentará nos estudos sobre o juízo moral que engloba as dimensões acerca de cooperação, respeito mútuo e respeito às regras.

Quanto à organização do ambiente ou dos espaços, Bassedas, Huguet e Solé (1999) destacam os aspectos organizacionais. Assinalam que a organização influencia na qualidade pedagógica. Esses aspectos devem tomar formas em função dos princípios e dos objetivos educativos que orientam para o trabalho.

Para essas mesmas autoras, a organização do espaço deve ser de acordo com a estrutura física de cada escola, mas deve visar ao bem-estar das crianças e dos profissionais. As crianças necessitam de espaços abertos, iluminados, arejados e limpos, para que elas se sintam à vontade, pois um espaço muito pequeno, pouco iluminado, sem aconchego, provavelmente causará nas crianças apatia, agressividade, nervosismo, e uma sensação de incômodo. Para estimular interações cooperativas quando os espaços não são os mais adequados, é preciso organizá-los de forma que fiquem acolhedores, seguros, amplos e funcionais para os deslocamentos. Embora as escolas possuam diferentes estruturas físicas, algumas com espaços muito limitados, não se pode esquecer de que é imprescindível tornar cada espaço adequado às pessoas que os utilizam e usar a imaginação para poder fazê-los polivalentes ao máximo.

Segundo Edwards, Gandini e Forman (1999), os espaços da escola, além de serem agradáveis e acolhedores, devem contar muito sobre os projetos e atividades, sobre as rotinas diárias e sobre as crianças e adultos que fazem das interações que ali acontecem algo significativo e alegre.

Partindo do pressuposto que a organização dos espaços de uma instituição de Educação Infantil pode influenciar o desenvolvimento da autonomia moral das crianças, elaborei o seguinte objetivo geral: analisar a organização dos espaços na Educação Infantil, enfocando a sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia moral das crianças. Desta forma os objetivos específicos foram: descrever os espaços de uma classe de Educação Infantil e investigar a contribuição da organização deste para o desenvolvimento da

autonomia moral das crianças.

2. QUADRO TEÓRICO

Piaget (1994) foi um dos primeiros a tentar entender a moralidade humana em sua dimensão psicológica, relacionando-a ao desenvolvimento da criança. De acordo com ele, nascemos no estado de anomia, isto é, sem conhecer nenhuma regra. Ao interagir com o mundo, percebemos lentamente que elas existem. Em seguida, elaboramos o estado de heteronomia, quando entendemos que existem regras, mas elas têm origem externa, isto é, nas outras pessoas. Nesse desenvolvimento psicogenético, o próximo passo é a constituição do estado de autonomia, quando as regras são internalizadas e as percebemos como nossas.

Piaget (1994) investigou, além da origem do raciocínio lógico, a gênese do juízo moral. Os conceitos de heteronomia e autonomia foram buscados por Piaget na Filosofia de Kant. Esse filósofo considerava como sujeitos autônomos aqueles que se submetem às leis que surgem da sua própria vontade, concebendo a autonomia como um produto de uma gênese, uma formulação da consciência moral.

Portanto, ao retratar o relacionamento entre o adulto e a criança, Piaget (1994) distingue dois tipos de moralidade: uma que retarda o desenvolvimento da criança e outra que estimula. A primeira moralidade, caracterizada como a moralidade da obediência, é denominada de heterônoma pelo autor. O indivíduo obedece a uma autoridade que tem poder; as regras são simplesmente aceitas e observadas, sem questionamentos. O segundo tipo de moralidade é a autônoma: o indivíduo obedece às regras morais da sociedade onde vive; ele se apropria dessas regras, aceitando-as e decidindo por ele próprio o que fazer, obedecendo às convicções internas sobre a necessidade de respeitar as pessoas que com ele convive. “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. (PIAGET, 1994, p. 23).

Assim sendo, a primeira moral da criança é a da obediência, valendo durante muito tempo para as crianças a vontade dos pais ou adultos. “Então, os valores morais assim concebidos são valores normativos, no sentido que não são mais determinados por simples regulações espontâneas como as simpatias e antipatias, mas graças ao respeito, por regras propriamente ditas”. (PIAGET, 1991, p. 40).

Todavia, o caráter sagrado da regra para Piaget (1994) é apenas um episódio na evolução da noção de regra. Esse mesmo autor explica ainda que depois do respeito unilateral, surge o respeito mútuo. A regra torna-se racional, ou seja, é submetida ao controle da

reciprocidade.

O respeito mútuo ultrapassa o episódio marcado pela intervenção da coação e do egocentrismo. Agora, à medida que a cooperação substitui a coação, a criança dissocia seu eu do pensamento do outro. A criança começa a discutir com o adulto de igual para igual e opor seu ponto de vista ao ponto de vista de qualquer indivíduo: desde então, a criança descobre a fronteira entre o eu e outro e aprende a compreender o outro e a se fazer compreender por ele. Portanto o respeito mútuo aparece como condição necessária da autonomia, sob seu duplo aspecto intelectual (liberta as crianças das opiniões impostas, em proveito da coerência interna e do controle recíproco) e também moral (substitui as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e à própria consciência). (PIAGET, 1994)

3. METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou como qualitativa – estudo de caso com caráter etnográfico. Os procedimentos utilizados foram: a análise documental e a observação participante.

Quanto ao campo de pesquisa, foi escolhida aleatoriamente uma pré-escola pública da cidade de Fortaleza, que atendesse crianças na faixa etária de quatro a seis anos de idade. Com base nesses comentários, foi escolhida a classe do Jardim II e, portanto, suas crianças passaram a constituir os sujeitos desta pesquisa. As crianças da referida classe têm cinco anos de idade, estando, pois, na faixa etária exigível para este estudo. Segundo Piaget (1994), é por volta dos dois a cinco anos (segundo estágio) que se verifica o apogeu do egocentrismo e a primeira metade do estágio da cooperação, categoria indispensável no desenvolvimento da autonomia moral.

A coleta de dados iniciou-se no 2º semestre de 2009, mas devido à greve neste semestre o trabalho continuou em janeiro de 2010 e seguiu o que estava proposto no projeto de pesquisa. Em primeiro lugar, fui até a escola Municipal Sonho e Fantasia² apresentar-me e mostrar o projeto de pesquisa. Nos primeiros dias, realizei um diagnóstico do funcionamento da escola e tive acesso à Proposta Pedagógica de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza que norteia o trabalho da instituição em estudo.

A análise documental como instrumento de coleta de dados se fez necessário, pois o acesso à proposta pedagógica da escola foi imprescindível para conhecer seus objetivos, orientações didáticas e diretrizes metodológicas que norteiam o trabalho em sala de aula no

² O nome da escola e das pessoas envolvidas na pesquisa que aparecem neste trabalho são fictícios, no intuito de preservar a privacidade da instituição e de seus integrantes.

que diz respeito à dinâmica da rotina estabelecida destacando-se neste trabalho a organização dos espaços.

As observações ocorreram no turno da manhã, que se iniciava às 7h:15min e terminava às 11h:15min. Registrei em todas as manhãs, durante dois meses, todos os acontecimentos envolvendo as crianças e a professora, desde que chegavam até a hora em que saíam. Assim, há descrições de atividades nos diversos espaços da escola - pátio, parque, sala de aula, cozinha e biblioteca. Em alguns dias registrei os dados por meio de filmagens. Estas tiveram como objetivo principal, subsidiar o registro das observações. Assim foram realizadas duas sessões de quatro horas ininterruptas e as outras três sessões foram feitas com pausas.

Simultaneamente às observações, coletei também os dados referentes à autonomia com base nas categorias: respeito às regras, cooperação e respeito mútuo descritos no diário de campo. A observação pode propiciar ampla variedade de descobertas e aprendizagens. Assim, esse procedimento permitiu caracterizar e descrever situações decorrentes da rotina, dentre elas a organização dos espaços relacionando-as com atitudes de cooperação, respeito mútuo e respeito às regras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Descrição do espaço da sala do Jardim II e sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia moral das crianças.

No espaço da sala do Jardim II, estão fixados nas paredes os numerais de 0 a 9 com suas respectivas quantidades de elementos em forma de conjunto, ou seja, para cada numeral, uma florzinha desenhada dentro do conjunto; o alfabeto em letras maiúsculas e para cada letra uma palavra e um desenho correspondente; a palavra calendário (esse espaço estava vazio, embora a palavra estivesse indicando que ali haveria o calendário). Havia também um espelho perto da porta de entrada da sala e logo em frente ao espelho, o cesto do lixo. Em seguida, estavam alguns trabalhos das crianças presos por um prendedor de roupa em frente à janela da sala e na parede, existia uma pequena prateleira onde estava escrito “Cantinho da Leitura” com um livrinho apenas.

Dentro da sala ainda, estão dispostas as cadeiras e mesinhas de várias cores (rosa, amarelo, azul e verde), que são dispostas em filas, uma mesa e cadeira para a professora, três armários, um com o nome da professora Maria, e os outros com o nome da professora que trabalha à tarde. Em cima desses armários, havia sacos fechados de brinquedos novos. Havia

ainda uma prateleira com blocos, jogos e outros brinquedos.

Esse espaço, da forma como estava organizado, pouco atraía o interesse das crianças para explorá-los. Por exemplo, o “Cantinho da Leitura”, localizado próximo ao armário da professora, ficava escondido quando ela deixava a porta do armário aberto e nele apenas um livro podia ser encontrado. Além disto, era difícil para as crianças chegarem até esse cantinho, pois havia mesas e cadeiras espalhadas pelo meio, dificultando a passagem.

Para Carvalho e Rubiano (1995), a organização dos espaços da sala de aula exerce influência sobre todos os que dele se utilizam, uma vez que determina a maneira como crianças e professores sentem, pensam e se comportam. Neste sentido, considera-se o ambiente físico parte integrante de um bom manejo do ensino em uma sala de atividade escolar. Essas mesmas autoras, baseadas em David & Weinstein (1987), ressaltam que os ambientes feitos para crianças deveriam atender a cinco funções relacionadas ao desenvolvimento infantil: promover a identidade pessoal, o desenvolvimento de competência, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança e, finalmente, oferecer oportunidades para contato social e privacidade.

A sala do Jardim II não privilegiava essas funções, uma vez que sua organização só permitia às crianças escutar a professora, observar as escritas na lousa e realizar as tarefas propostas pela professora individualmente em suas cadeiras.

A sala media aproximadamente 25,12m². Tornava-se pequena, pois estava programada para receber 20 crianças, embora geralmente estivessem presentes apenas 13. As cadeiras e mesas individuais ocupavam muito espaço e dificultavam a realização de atividades na roda de conversa e em grupos. De acordo com a proposta pedagógica disponível aos profissionais desta instituição, os espaços devem ser organizados de forma a constituírem um ambiente estimulante, seguro e aconchegante.

Para Hohmann, Banet e Weikart (1995), o espaço deve ser construído, levando em consideração o número de metros por criança, determinado nos requisitos exigidos pelas autoridades locais. Os parâmetros básicos de Infra Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) recomendam 1,50 m² por criança. Assim sendo, a sala de aula em estudo não atende esse requisito, uma vez que, para atender as 20 crianças, a área total da sala deveria ser de 30m² em lugar de 25,12m².

Pude observar, também, que esses espaços não estavam bem organizados, como propõem os autores citados neste trabalho. Eles são relativamente pequenos, o que dificulta a locomoção das crianças, e a elaboração de várias aprendizagens sem a intervenção direta da professora. Na maioria das vezes, quando a professora propunha uma atividade em dupla, ela

ficava o tempo todo organizando as crianças para que elas pudessem trabalhar sem atrapalhar a outra dupla. frequentemente, as crianças reclamavam porque ficavam incomodadas pela falta de espaço para realizar a tarefa proposta. Elas diziam: “oh vai mais pra lá”, “olha professora ela pisou na minha tarefa”, “ele tá me atrapalhando”.

Os Parâmetros Básicos de Infra Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) reconhecem que

Salas amplas para crianças de até 6 anos podem oferecer possibilidade de compartimentalização, criando “nichos” que podem ser usados para diferentes atividades. O espaço poderia se caracterizar pela multiplicidade de ambientes, pelos desníveis de piso, pela variedade dos pés-direitos, da luz, das cores e pela possibilidade de usar painéis e panôs, fugindo sempre que possível das salas cartesianas. Pisos e paredes seriam, ao mesmo tempo, elementos concretos de arquitetura e construção, de ensino e de brincar. Com relação às aberturas, estas podem ter também tamanhos e alturas diversas, promovendo um interessante jogo de luz e sombra, ao mesmo tempo que estimulam a curiosidade a partir de diferentes enquadramentos do mundo externo. (BRASIL, 2006 p. 30).

Na sala do Jardim II, observei algumas iniciativas relativas à organização dos espaços em cantinhos ainda que de forma muito rudimentar. Havia um pequeno espaço escrito: “Cantinho da Leitura”, mas esse espaço não era explorado e a professora também não incentivava sua utilização. As crianças não se direcionavam a ele, pois só havia um livro exposto, como já comentado anteriormente. Levanto a hipótese de que em razão da existência da biblioteca, a professora não se interessava por reativar o único cantinho dessa sala. A ausência de outros cantinhos, também, dificultava a diversificação das atividades. Muitos autores afirmam que a organização dos espaços em cantinhos contribui para promover oportunidades de contato social, de exploração e de expressão de sentimentos.

Como sugerem as autoras Barbosa e Horn (2001), a organização da sala pode ser realizada em diferentes cantos, porém, é necessário verificar as possibilidades do espaço físico real, cuidando para que o ambiente não fique demasiadamente dividido, sem lugar para atividades de movimento amplo. O espaço físico é usado como apoio às atividades escolares e deve ser organizado atendendo às demandas da escola, do planejamento e das crianças. A organização da sala normalmente costuma ter “cantos” das bonecas, do desenho, das fantasias, dos materiais para brincar. Na sala observada só se poderia organizar esses “cantos” se a sala passasse por uma pequena reforma e organização. A questão, todavia é muito mais complexa e se relaciona com as concepções da professora acerca do que é infância, quais as funções da Educação Infantil e qual o seu papel dentro dessa instituição. Relaciona-se

também com o conhecimento da professora sobre a importância da organização do espaço.

Se a professora Maria estivesse atenta à importância desta organização, ela poderia retirar todas as cadeiras e mesas que não eram utilizadas, pois como mencionei anteriormente a frequência era de aproximadamente 13 crianças. Portanto, reorganizando o ambiente, seria possível propor diversas atividades tornando a rotina mais rica e variada.

Quanto à organização das atividades no espaço, Barbosa e Horn (2001) enfatizam que devemos levar em consideração o fato de que todo ambiente é um conjunto de sons e palavras, luzes e cores, odores, móveis, equipamentos e ritmos de vida, gostos e toques. Desta forma, as atividades propostas nos diversos espaços devem possibilitar às crianças o acesso a todos esses elementos, para que elas se tornem capazes de observar, categorizar, propor e escolher. Por exemplo: o espaço do repouso deve conter camas, colchonetes, cadeiras de balanço, móveis e uma estrutura de casinha ou castelo para incitar a imaginação e para separar a área da sala de atividades da sala de dormir. Quanto aos sons e palavras, recomenda-se a criação de um ambiente sonoro em que sejam propostos sons fracos e fortes para a criança aprender a ouvir e a usar palavras. Em relação ao tocar, o espaço deve possibilitar à criança sentir a água, a areia, a madeira, a pedra etc., e também tocar o próprio corpo.

A decoração da sala não atraía a atenção das crianças, pois as paredes eram cobertas até a metade por azulejos marrons, e a outra metade pintada de branco. As cores não tinham brilho e a pintura da parede do jardim de inverno estava estragada. Nas paredes, observei como decoração para enfeitá-las, letras e numerais de e.v.a., além da palavra calendário, um desenho de uma joaninha e um sol. No armário da professora, estavam afixados seu nome e uma flor também de e.v.a. O mobiliário da sala, exceto as cadeiras e mesas das crianças, era antigo e inadequado para uma sala de Educação Infantil.

Alguns comentários sobre as cores são descritos nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituição de Educação Infantil (2006). Segundo esses parâmetros, as cores têm importância fundamental para os ambientes da Educação Infantil, pois podem ser também um instrumento eficaz de comunicação visual, identificando ambientes e setores, além de desenvolver um papel estimulante ao desenvolvimento infantil:

Os diferentes ambientes e setores da edificação das UEIs requerem tratamentos diferenciados. Como regra geral, nos espaços em que é necessária maior concentração, como as salas de atividades e a biblioteca, por exemplo, devem ser evitadas as cores quentes, mais fortes e excitantes, destinando essas cores para elementos e detalhes da construção. Nesses ambientes recomenda-se o emprego de tons mais suaves, em nuances pastéis, como o verde, o bege, o marfim para as

paredes e o branco para o teto. Já nos ambientes de recreação e vivências, as cores primárias, em tons mais fortes, podem ser usadas para enfatizar o caráter lúdico, marcando setores de atividades e destacando-se na paisagem natural. As salas de atividades podem ser pintadas em cores diferentes de acordo com a idade do grupo que cada uma abriga, criando um sentido de apropriação e identidade para a criança. (BRASIL, 2006 p. 31).

Para Bassedas, Huguet e Solé (1999), não se deve pensar somente em decorar a escola ou a sala à última moda, mas é muito importante cuidar dos aspectos do espaço físico. Portanto, não se trata apenas de uma combinação de cores, mas da criação de um lugar acolhedor, vivo, que possa ser alterado de acordo com as necessidades. Nesse sentido, o mobiliário, os papéis de parede, as almofadas, podem criar um lugar vivo. Ao decorar os espaços, faz-se necessário também colocar-se no lugar da criança, ver com os olhos de criança, decorar pensando nas crianças.

Para Horn (2004), não basta à criança estar em um espaço organizado de modo a desafiar suas competências; é necessário que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intensamente. É na relação com o ambiente que o indivíduo assume determinadas ações. No que se refere à promoção da autonomia moral, a sala deve ser organizada considerando inicialmente a atitude de respeito do professor pelas crianças e seus interesses, sentimentos, valores e idéias. Vale ressaltar também que essa organização precisa estar voltada para a interação com colegas e para o exercício de responsabilidades. Além disto, as atividades propostas devem incentivar a experimentação e a cooperação entre os componentes do grupo. (DE VRIES E ZAN, 1998).

Após a análise dos dados, constatei que os tipos de relações que se estabeleciam na organização do espaço desta sala não contribuíam para o desenvolvimento da autonomia moral das crianças.

Um aspecto que dificultava a promoção da autonomia na classe do Jardim II era a inexistência de áreas diversificadas ou “cantos” como área de dramatização, de jogos, blocos, de leitura, entre outros. Essas áreas possibilitam à criança escolher, experimentar, vivenciar e decidir o que fazer e podem oferecer às crianças diferentes materiais e objetos. Assim sendo, torna-se possível a interação das crianças, além da motivação para manipular, criar e imaginar. Ao escolher determinado “canto”, a criança faz uma opção, toma decisões, organiza e realiza atividades, além de ser possível encontrar opções e soluções para as diferentes ações. Segundo Arribas (2004), desta forma, cada “canto” serve para potencializar a autonomia das crianças.

Segundo esse mesmo autor, a organização dos “cantinhos” na sala de aula influencia a qualidade pedagógica do trabalho, facilita encontros, estimula a cooperação entre as crianças, garante-lhes a possibilidade de pensar e demonstrar as próprias convicções e de estabelecer regras.

Para Formosinho (1998), por meio das diversas áreas, a criança tem a possibilidade de vivenciar e experimentar diferentes papéis sociais, relações sociais e estilos de interações:

Assim, tome-se como exemplo uma aula organizada com os seguintes espaços: área da casa, a área da expressão plástica, a área das construções, a área do consultório médico, a área da escrita. Essa sala permite que a criança tenha uma vivência plural da realidade e a construção da experiência dessa pluralidade. Concretizando, a criança que se aproxima da área da casa sente-se imersa na vida familiar, através da perspectiva de mãe de família, irmã ou dona. E essa é uma imersão no cotidiano através da experimentação de um papel social. É uma imersão na célula social básica – a família- nos seus papéis e nas suas relações interpessoais específicas. A outra criança que vai para o canto das construções fica imersa na realidade através de papéis: de carpinteiro ou de construtor civil. Está imersa no mundo das profissões e, portanto, também tem a experiência dos papéis sociais e relações interpessoais específicas de outro âmbito. Quem leva a filha ao médico está imerso não apenas no mundo de outras profissões, mas também no mundo dos serviços sociais de apoio aos indivíduos e famílias. Quem vai para o canto da escrita entra em uma instituição social importantíssima - a escola e antecipa experiências que podem fasciná-la ou apavorá-la. (FORMOSINHO, 1998, p. 155)

Os dados apontam que a professora Maria ainda não atentou para a organização e estruturação do espaço, de acordo com os modelos pedagógicos atuais que traduzem as reais dimensões de uma Educação Infantil de qualidade promotora de sujeitos autônomos:

... o ambiente tem um papel ativo no desenvolvimento infantil. A criança atua sobre o meio interpretando-o e essa atuação é que contribui para a construção do conhecimento através dos processos de assimilação e acomodação. Nas salas de aula que adotam este modelo educativo, o espaço está projetado para o auto-ensino e a aprendizagem por descobrimento. Os materiais e espaços são variados e a sua utilização é flexível, já que devem aumentar a exploração e o descobrimento autônomos. (FORNEIRO, 1998, p. 250)

A professora não organizava o espaço, de forma que as crianças pudessem ver-se umas as outras, e não fomentava as conversas, estimulando as crianças a falar, e promovendo o respeito pela fala de cada uma. Parecia não compreender que pelas falas, poderia conhecer melhor cada criança e observar quais seriam os temas de interesse destas.

Forneiro (1998) ressalta a importância da organização dos espaços em função das atividades:

Parece óbvio que o espaço deve estar organizado, em primeiro lugar, em função da atividade que será desenvolvida no mesmo. A atividade é, sem dúvida, o elemento que condiciona mais claramente a estrutura do espaço. De fato, quando designamos

os espaços de uma sala de aula, fazemo-lo quase sempre em função das atividades: canto do jogo simbólico, canto da atividade gráfica, canto das artes, canto dos jogos de construção, etc. (p. 255)

Vale ressaltar que a organização dos espaços se relaciona com o uso do tempo, dos materiais, com a realização das atividades vivenciadas pelas crianças, e com as relações que se estabelecem nos ambientes educativos. Portanto, os profissionais de qualquer instituição de Educação Infantil devem compreender que a organização do cotidiano das crianças é fundamental para que a estruturação espaciotemporal tenha significado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que a Educação Infantil deve oferecer às crianças oportunidades para o crescente desenvolvimento como seres humanos solidários, participativos, críticos, reflexivos e autônomos, acreditamos ser imprescindível uma mudança nas concepções que embasam a rotina da pré-escola observada. Os profissionais que trabalham com crianças precisam ressignificar suas práticas para que possam, dentre outras ações, organizar uma rotina favorável ao desenvolvimento, não só da autonomia, mas também o desenvolvimento integral da criança, que constitui o objetivo central da Educação Infantil.

Alguns fatos específicos despertaram minha atenção. Um deles refere-se à real dificuldade da professora em compreender que o uso dos espaços e dos tempos é indispensável para uma prática promotora do desenvolvimento da criança. Outro fato diz respeito à falta de interesse, por parte das crianças, em relação aos pequenos espaços da sala, possivelmente pela pequena quantidade e variabilidade de materiais disponíveis. Em virtude de não haver uma divisão das crianças em pequenos grupos, algumas atividades que, na maioria das vezes, eram propostas para todo o grupo eram prejudicadas, pois não havia espaço suficiente dentro da sala. As crianças logo se dispersavam, pois perdiam o interesse em encaixar poucas peças, por exemplo.

Assim, para melhorar a qualidade da rotina diária desta sala, é necessário planejar cuidadosamente as atividades a serem desenvolvidas, a organização dos espaços e materiais a serem utilizados. Para tanto, os profissionais dessa instituição deveriam se fundamentar nas diretrizes da Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação do Município à qual a instituição teve acesso, pois se constata que ela não está sendo considerada. Estas diretrizes são as seguintes:

Contemplar as necessidades biológicas das crianças (alimentação, repouso, higiene);

as necessidades psicológicas (diferenças individuais: o ritmo e o tempo que cada um necessita para realizar as tarefas propostas) e as necessidades sociais que dizem respeito à cultura (como comemorações significativas para a comunidade, valores etc.); prever momentos de experiências múltiplas e variadas que estimulem a criatividade, a imaginação, a experimentação e o desenvolvimento de diferentes linguagens expressivas pelas crianças; prever atividades de organização coletiva (como a chegada e saída das crianças da instituição no começo e no final de cada turno ou dia, a arrumação das salas etc.), atividades de cuidado pessoal (como aquelas relacionadas à alimentação, higiene e repouso), atividades dirigidas ou coordenadas pelos adultos (como a leitura de histórias e os passeios pelas áreas externas e arredores da instituição) e atividades de livre escolha pelas crianças (como as brincadeiras); prever situações específicas para o desenvolvimento de capacidades relacionadas às diferentes áreas do conhecimento humano como a linguagem oral e escrita, matemática, ciências naturais e sociais e artes; possibilitar interações diversas entre as crianças (inclusive de idades diferentes), entre elas e os adultos e entre elas e os objetos do mundo físico e cultural; incluir oportunidades para o desenvolvimento de brincadeiras e outras atividades individuais, em grandes e em pequenos grupos, em locais e momentos adequados para a sua realização; permitir que as crianças exponham suas opiniões e intenções, coloquem-nas em prática e realizem reflexões sobre as atividades desenvolvidas; prever momentos avaliativos dos profissionais com relação ao processo de aprendizagem das crianças e a sua própria ação pedagógica. (FORTALEZA, 2009, p. 75).

É possível concluir, também, que os espaços da sala de aula da escola observada da forma como estão organizados, não favorecia o desenvolvimento da autonomia moral. No entanto, é necessária uma pequena mudança na organização da classe do jardim II, já que essa iniciativa poderia tornar os pequenos espaços adequados para promover diferentes situações e formas de interações por meio dos materiais e atividades propostas em tempos flexíveis. Assim dependendo da intencionalidade pedagógica, esses espaços poderiam ser transformados em diversos ambientes em que fosse possível registrar as descobertas e o crescimento do grupo.

Assim sendo, não foi difícil concluir que a estruturação do espaço físico, a forma como os materiais estão dispostos e organizados, e as atividades propostas nos diferentes tempos influenciam os processos de ensino e de aprendizagem e auxiliam a conquista da autonomia. Para desenvolver sua autonomia, a criança, além de se sentir protegida e segura, precisa estar inserida em uma atmosfera sociomoral cooperativa.

De acordo com Formosinho (1998), algumas premissas básicas podem ser enunciadas: o conhecimento sociomoral é constituído pela criança; os laços socioafetivos motivam o desenvolvimento moral; a interação social é a chave da elaboração da autonomia; o processo de autorregulamentação que envolve a afirmação do eu e a aceitação do outro são básicos para o desenvolvimento sociomoral, o desenvolvimento da autonomia das crianças tem relação com seus contextos de vida; e o ambiente institucional realiza a mediação entre o comportamento e a ação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIBAS, T. L. et AL. **Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BASSEDAS, E., HUGUET, T., SOLÉ, I., A prática educativa I: organização e planejamento In_____ **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Cap 3., p 91-128

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In:_____ CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (orgs.) **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artemed, 2001. 164p.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006. 45p.

CARVALHO, M. C.; RUBIANO, M. B. Organização do espaço em instituições Pré - escolares. In_____ OLIVEIRA, Z. M. R. (Org.) **Educação infantil: muitos olhares**. 2ed., São Paulo: Cortez, 1995, 187p

DEVRIES, R. & ZAN, B. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes médicas, 1998. 328p.

EDWARDS, C., GANDINI, L., FORMAN, G. Espaços educacionais e de envolvimento pessoal. In:_____ **As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**.. Trad. Dayse Batista. – Porto Alegre: editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999. Cap. 8, p 145-158.

FORMOSINHO, J. O. Contextualização do modelo curricular High/Scope no âmbito do “Projeto Infância”. In_____ ZABALZA, Miguel, A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: artemed, 1998. Cap 7, p 141-170.

FORNEIRO, L. I. A organização dos espaços na educação infantil, In:_____ ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: artemed, 1998. Cap 11, p 229-280.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta pedagógica de educação infantil**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009. 95p.

HOHMANN, M., BANET, B. WEIKART, D. P. **A criança em ação**. Tradução de Rosa Maria de Macedo e Rui Santana Brito. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1995. 407p.

HORN, M. G. S. A solidária parceria entre espaço e educador. In:_____ **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. São Paulo: Artemed, 2004. Cap. 1 p. 13 – 23. 116p

PIAGET, J. INHELDER, B **O juízo moral na criança**. São Paulo, Summus, 3ª ed, 1994.

PIAGET, J. O desenvolvimento mental da criança. In_____ **Seis estudos de Psicologia**. Rio de janeiro: Forense, 1991. Cap. 1 p. 11 – 70

SCHRAMM, S. M. O. **A influência da experiência escolar no desenvolvimento moral da criança**. Fortaleza: UFC, 2000, 151p. Dissertação mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

SOEJIMA, F. M. **Educação e formação humana**: uma discussão sobre o conceito de autonomia discente. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, 150p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Psicologia e Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.